

# Medicamento e orientação

Jaldo e Souza Santos,  
Presidente do Conselho Federal de Farmácia.  
E-mail [presidencia@cff.org.br](mailto:presidencia@cff.org.br)



Dr. Jaldo e Souza Santos

A imprensa, no Brasil e no mundo, vem falando sistematicamente do crescente número de problemas relacionados ao uso do medicamento. São intoxicações, interações com outros medicamentos e alimentos, além de outros efeitos negativos. O interesse pelo assunto reflete a preocupação da humanidade com a gravidade da questão. Agora, o enfoque dos noticiários traz uma novidade: o reconhecimento de autoridades de que a orientação prestada aos pacientes, nos locais onde se lida com medicamentos, é que pode levar a uma redução expressiva dos efeitos negativos dos produtos farmacêuticos.

O medicamento, mesmo os (aparentemente) "inofensivos" analgésicos e colírios, podem desencadear diferentes reações adversas - algumas graves -, principalmente efeitos colaterais. Essas reações são inerentes ao medicamento. A Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) anunciou que quase 33 mil pessoas foram intoxicadas por uso desses produtos, em 2006. Os medicamentos responsáveis por casos de intoxicação, em mais de 70% das vezes, foram adquiridos com receita médica, em farmácias. Pior: apenas 25% dos que os adquiriram foram orientados.

Além dos cidadãos, os efeitos negativos dos medicamentos mina, também, a saúde dos sistemas público e privado de saúde. Os hospitais gastam fábulas com esses problemas, inclusive com o retorno de pacientes (muitos precisam ser internados) em decorrência de complicações causadas pelo uso de fármacos. Nas emergências, 40% dos pacientes são atendidos em decorrência de problemas causados por essas substâncias.

A situação insustentável não é uma mancha apenas na saúde brasileira. Estatísticas revelam que, nos Estados Unidos, as reações indesejáveis a medicamentos são a quarta causa de morte. Matam mais que a Aids.

Portanto, os motivos são suficientes para que os governos, em todas as instâncias - e eu apelo especialmente aos prefeitos -, adotem medidas urgentes para reverter o quadro. Em 2007, o Ministério da Saúde, convencido pelo Conselho Federal de Farmácia, deu um passo decisivo neste sentido: criou o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF). Mais: no dia 24 de setembro de 2008, o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, anunciou o programa "A informação é o melhor remédio".

Temporão declarou que, "por meio de políticas públicas, é preciso recolocar o uso de medicamento de maneira adequada, com mais informação e segurança à população, a partir da prescrição médica e do trabalho do profissional farmacêutico".

Sobre o NASF, cada núcleo está sendo implantado, nos Municípios que firmarem parcerias com o Ministério. Ali, irão atuar os farmacêuticos junto às equipes do PSF (Programa Saúde da Família). O paciente não poderia continuar sem orientação sobre o medicamento, no serviço público. Seria o mesmo que abandoná-lo à própria sorte, o que só agrava o seu quadro de saúde.

Nas farmácias e drogarias particulares, a situação é gravíssima. Várias não mantêm o farmacêutico presente, deixando os balcões livres para a prática da "empurroterapia" por parte de alguns balconistas interesseiros, famintos por comissões sobre as

vendas e pressionados para ampliar os lucros dos estabelecimentos.

Essas farmácias e drogarias perderam o sentido de saúde e assumiram a lógica do mercado. Elas se transformaram em mercearias e fizeram do medicamento uma mercadoria, quando este, em verdade, é um bem social a serviço da recuperação da saúde das pessoas. O medicamento, quando vendido sem a orientação farmacêutica, pode restringir-se apenas à condição de produto químico, que cura, ou mata com a mesma intensidade. O que faz a diferença é a orientação que deve ser agregada a ele.

Esses estabelecimentos afirmam que faltam farmacêuticos, no mercado, e, por isso, não têm como contratá-los. Isso é uma balela. O Brasil tem 120.642 farmacêuticos para 71.885 farmácias e um menor número de outros estabelecimentos (laboratórios de análises clínicas, indústrias de medicamentos, de alimentos e de cosméticos, entre outras). E, por ano, é lançada, no mercado, cerca de dez mil novos farmacêuticos.

Está claro que não basta o paciente ter o acesso ao medicamento, se ele não acessar, também, a orientação. Ela é o que dá segurança ao usuário do medicamento. As autoridades - eu insisto em me dirigir aos prefeitos - precisam sensibilizar-se para isso. Do contrário, iremos expandir mais ainda as nossas estatísticas sobre os problemas relacionados ao uso dos medicamentos.